

- 1 ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE DE
- 2 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia
- 3 02/02/2021 (terça-feira), de 14:20h às 17:05 através de videoconferência. A
- 4 Assembleia Geral Ordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
- 5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 02/02/2021, foi iniciada por José Arimathéa Oliveira
- 6 (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Nelson Reis (CBH Guandu),
- José Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Christianne
- 8 Bernardo (CBH BG), Paulo Cardoso (CBH BG), Erika Cortines (CBH Piabanha),
- 9 Rafaela Facchetti (CBH Piabanha), Lícius de Sá Freire (CBH R2R), Maria Inês Paes
- 10 Ferreira (CBH Macaé Ostras) e João Gomes (CBH BPSI), os convidados Ana Costa
- 11 (AGEVAP) e a equipe: Roberta Abreu (AGEVAP), Tamires Souza (AGEVAP) e
- 12 Larah Ribeiro (AGEVAP).

## 13 **Item 1. Abertura:**

- A reunião foi iniciada por **José Arimathéa**, que deu as boas-vindas aos presentes,
- solicitando que se registrassem no chat e deu seguimento na pauta.

## 16 Item 2. Aprovação da Pauta;

- 17 A presente pauta foi apresentada e José Arimathéa informou que houve
- solicitação de inclusão dos itens: Resposta do INEA sobre o Termo Aditivo e
- 19 Proposta de ofício à SEAS parabenizando o encerramento do processo de
- 20 construção do autódromo na área da Floresta do Camboatá. Após leitura, a
- 21 pauta foi aprovada com as inclusões propostas.

## 22 Item 3. Resposta do INEA sobre o Termo Aditivo;

- João comentou que havia recebido a carta, mas que houvera dificuldades em ler
- 24 nas entrelinhas o compromisso assumido pelo INEA, solicitando que a carta fosse
- lida integralmente na reunião. Questionou à Secretaria Executiva se as cartas
- recebidas foram idênticas em todos os comitês.



José Arimathéa pediu para que os comitês enviassem as cartas recebidas pelo whatsapp para que a secretaria analisasse durante a reunião e o documento recebido pelo CBH MPS foi projeto e lido integralmente por Roberta.

João Gomes comentou que a resposta recebida pelo CBH BPSI parecia ser a mesma e se posicionou favorável a assinatura de um novo termo aditivo em respeito ao esforço da equipe do INEA para avançar nas negociações passadas. Disse que havia algumas dúvidas quanto ao ofício, levantou questionamentos, perguntando se o INEA estava sinalizando um novo mecanismo de controle das ações do comitê, quando iriam iniciar a discussão de um novo contrato e se eles se colocaram dispostos a reiniciar essa discussão e sehavia aceitado a participação do comitê no grupo de acompanhamento.

Lícius comentou que o CBH R2R também apoiava a assinatura desse aditivo do contrato e que discordava da visão de englobar tudo em único aditivo, comentando que aditivos separados poderiam ser mais ágeis. Disse que Hélio Vanderlei vinha desde o princípio colocando o desejo de enrijecer o acompanhamento do desempenho dos comitês, afirmando que essa questão deveria ser bem discutida, visto que um dos problemas do desempenho era o repasse.

**Nelson** informou que o CBH Guandu havia sinalizado uma revisão total dos aditivos até a data de 31 de julho de 2021 e afirmou que havia condição de realizarem uma nova discussão de aditivo até essa data, incluindo as questões de limitação do Contrato 03 quanto aos integrantes da Sociedade Civil do comitê, que no atual contrato eram impedidos de acessar recursos do FUNDRHI.

José Arimathéa respondeu a João que o INEA na carta enviada deixava claro que o órgão não firmava compromisso de assinar um novo termo aditivo em 2021, afirmando que o INEA dizia haver o objetivo de ter um documento, mas não se comprometia a realizá-lo em um prazo especificado. Opinou que se tiverem concluído o processo até o dia 31 de julho de 2021, o termo aditivo teria condições de estar pronto, discutido e avaliado pelo INEA e procuradoria até meados de



- novembro para que possa ser assinado, lembrando que em 2020 o Órgão Gestor
- havia informado que alterações a partir de agosto não seriam incorporadas.
- 57 **João** propôs que o FFCBH enviasse uma carta ao INEA solicitando um
- agendamento de reuniões mensais com a equipe técnica para discutir a minuta
- 59 desse novo termo.
- José Arimathéa opinou que, na resposta do INEA, havia ficado claro que quem
- pautava as questões era o próprio Órgão Gestor, no seu próprio tempo. Comentou
- que os novos mecanismos de controle haviam sido impostos pela nova resolução
- do INEA e sido incorporadas no termo aditivo e reforçou a sua preocupação sobre
- essa resolução não ter passado pelos comitês e nem pelo CERHI, sendo apenas
- imposta pelo INEA. Informou que o CBH MPS estaria mudando de composição e
- que ele já não mais seria presidente do comitê, afirmando que, portanto, não se
- sentia à vontade para assinar esse termo aditivo mediante a resposta recebida.
- 68 Maria Inês informou que o CBH Macaé Ostras havia passado por eleição no dia
- 69 29/01/2021 e que, a presidência anterior não havia se sentido à vontade em assinar
- o ofício ao INEA acordado na 1ª AGE do FFCBH. Comentou que, além dessa
- mudança de presidência, outro motivo fora que o comitê já havia enviado uma carta
- anteriormente solicitando uma alteração no presente termo, que já fora respondida
- 73 positivamente pelo INEA. Solicitou uma orientação do FFCBH se deveriam
- 74 apresentar novamente esse ofício para a nova diretoria.
- José Arimathéa comentou que vários comitês já haviam feito essa manifestação e
- opinou que não via a necessidade do CBH Macaé Ostras se manifestar, visto que
- 77 possivelmente a resposta seria a mesma. Disse que seria interessante que Maria
- 78 Inês atualizasse a nova diretoria sobre todos os movimentos que ocorreram no ano
- 79 de 2020.
- 80 Lícius comentou que nos anos anteriores era obrigatório assinar o aditivo ou
- perderiam a delegatária, mas que em 2021 o cenário era diferente, não havendo
- necessidade de assinatura apenas para mantê-la. Se posicionou a favor de assinar



esse termo e trabalhar em outros termos aditivos menores, ou em um que englobasse mais solicitações, como sugerido por Nelson.

Rafaela informou que a posição da diretoria do CBH Piabanha era favorável à assinatura deste aditivo para que o contrato não ficasse sujeito a cobranças de ilegalidade e que, na carta enviada ao INEA, já haviam incluído a necessidade de se reunirem para tratar de um novo aditivo. Opinou que esse desenvolvimento dependeria da capacidade de negociação política junto ao INEA, mas que não tinham muitas opções no presente momento, visto que se não assinado o aditivo, traria problemas à Delegatária em relação a prestação de contas. Afirmou que não deveriam abrir mão das reivindicações levantadas pelos comitês, mas que não deveriam deixar de assinar o aditivo proposto.

José Arimathéa opinou que a única forma de se fazer pressão sobre esse compromisso do INEA era esse termo aditivo e que, uma vez assinado, não haveria mais mecanismo de pressão. Quanto às dificuldades que a AGEVAP poderia encontrar, afirmou que seria temporário e haveria mecanismos para soluções. Colocou que os objetivos do FFCBH e do INEA divergiam, visto que o objetivo do Fórum era ter ao final de 2021 um segundo termo aditivo assinado, reforçando sua posição de deixar essa decisão para o próximo presidente do CBH MPS.

Foi encaminhado que a Secretaria Executiva enviasse uma carta ao INEA com uma proposta de agenda de reuniões até o dia 01/07/2021, para se tratar da elaboração do termo aditivo e, mediante à resposta recebida pelo órgão gestor, propor uma reunião de pauta única. (Encaminhamento)

Item 4. Proposta de ofício à SEAS parabenizando o encerramento do processo de construção do autódromo na área da Floresta do Camboatá;

José Arimathéa mencionou que o Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro havia solicitado ao INEA o arquivamento do processo de licenciamento para a construção de um autódromo na Floresta do Camboatá e que, além disso, a área se tornaria uma unidade de conservação. Comentou que esse ocorrido tem um significado grande diante as pressões, participações em audiências públicas e do



- controle social, sendo um exemplo de que se pode ter boas respostas a esse tipo de manifestação. Por fim, propôs que fosse feita uma carta ou uma moção de aplausos à SEAS parabenizando pela posição tomada.
- João sugeriu que na carta a ser enviada fosse descrito os reflexos que essa decisão poderia trazer para o meio ambiente e aos recursos hídricos.
- Nelson informou que uma carta sairia do movimento SOS Camboatá com a assinatura de diversas instituições e pessoas físicas e que divulgaria para o Fórum.
- Não houve manifestações contrárias à proposta do envio de ofício à SEAS, ficando encaminhado que a secretaria executiva faria a redação em nome do Fórum.

## Item 5. Leitura da planilha de encaminhamentos;

121

- A planilha de encaminhamento foi projetada e **José Arimathéa** solicitou que fosse explicitada em sua integralidade, visto que ao final de 2020 não haviam apresentado a planilha em reunião e **Roberta** iniciou a leitura.
- Roberta comentou os encaminhamentos contínuos de receber PLs referentes aos 125 126 Recursos Hídricos e de analisar os PLs em cada reunião, informando que Lívia 127 Soalheiro e o CERHI ainda enviavam alguns projetos de lei pertinentes, mas que não vinha ocorrendo mais analise nas últimas reuniões devido à alta demanda de 128 pauta do Fórum. Disse que o Encaminhamento 206, referente a discussão do que 129 não foi executado nos PAPs, não havia entrado em pauta pois o FFCBH colocara 130 outros assuntos como prioridade, optando por discutir primeiro os papéis dos atores 131 e os contratos de gestão. 132
- João sugeriu que o FFCBH resgatasse esse encaminhamento e outros que demandassem do INEA e inserisse em pauta com as reuniões que o Fórum estaria propondo realizar com o Órgão Gestor. Comentou o Encaminhamento 209, referente a proposta de estudo do material do Banco Mundial e da OCDE, dizendo que deveria ser um assunto contínuo, no qual o CBH Macaé estava avançado na discussão, propondo que fosse incluído em pauta quando estivesse com menos assuntos.



140 Roberta disse que este item estava presente na lista de pautas pendentes e que reenviaria a relação para os representantes do FFCBH. (Encaminhamento) 141 João propôs que todos os encaminhamentos do INEA fossem separados em um 142 143 único item para que pudessem abordar esses temas com mais facilidade. José Arimathéa solicitou que para melhor visualização, fosse criada abas na planilha 144 para ordenar as demandas por ente demandado, por exemplo, AGEVAP, INEA, 145 CERHI, etc., facilitando um olhar direcionado. (Encaminhamento) 146 147 Quanto ao Encaminhamento 268, referente a oficina de treinamento de diretores do CBH sobre a auditoria de possíveis irregularidades da delegatária, e o 148 149 Encaminhamento 269, referente a capacitação de elaboração de termo de 150 referência, Roberta informou que haviam enviado cartas às delegatárias, mas que apenas o CILSJ havia respondido solicitando a informação de onde sairia os 151 152 recursos e o FFCBH não respondeu. A AGEVAP apenas informou que havia encaminhado a carta aos responsáveis, mas não houve resposta oficial com o 153 retorno. 154 João informou que houve uma reunião com Eduardo, que era responsável na 155 AGEVAP por organizar o administrativo, e que ele havia identificado pontos 156 necessários para haver capacitação dos técnicos, principalmente para que os 157 processos não transitassem indo e voltando da sede para a UD. 158 Rafaela comentou que em reunião do diretório do CBH Piabanha haviam discutido 159 e chegado ao consenso de que não deveriam investir em treinamento e capacitação 160 em termos de referência da UD, mas sim que deveriam fazer um termo de 161 referência a fim de contratar um especialista em TdR e Editais. Afirmou ser 162 inadmissível a forma na qual a delegatária trabalhava nos TdR e Editais, visto que 163 o comitê solicitava e tinha pouco controle sobre o que era feito. 164 165 João opinou que o FFCBH deveria entrar um consenso para resolver esse gargalo, 166 visto que não era um problema pontual, e definisse uma forma de resolvê-lo, fosse

por capacitação ou por consultoria.

167



Rafaela levantou a problemática da capacitação, afirmando que ainda assim seriam os técnicos das UDs que realizariam os temos de referência, deixando de fazer outras funções pois não possuíam uma expertise apenas para isso. Afirmou que a opção de a delegatáira contratar um técnico apenas para esse fim faria com que os processos se empilhassem e manteriam o gargalho, afirmando que, se continuasse com esse problema, os comitês ficariam sem realizar as metas do contrato podendo sofrer represálias por não gastar todo o recurso. Informou que CBH Piabanha possuía um alto valor em caixa e precisavam de uma forma para ter esses processos ocorrendo no ano de 2021 para não serem penalizados.

José Arimathéa opinou que os comitês precisavam de uma solução que fosse complementar e integradora e que, embora a iniciativa do CBH Piabanha fosse ousada e necessária no momento, as secretarias executivas dos comitês precisariam entender a lógica dos TdR. Disse que se não houvesse uma pessoa que entendesse os comitês de bacia, ela não entenderia os TdR para compreender os desejos do comitê, opinando que não seria tão simples como contratar uma empresa de consultoria. Comentou que a contratação de uma consultoria não deveria excluir o treinamento da secretaria executiva, visto que deveria haver um diálogo entre duas partes, que poderia, inclusive, aumentar a robustez do entendimento da secretaria.

**Roberta** questionou Rafaela se a ideia era contratar um profissional apenas para o termo de referência, explicitando que se tratava relação mais técnica conforme especificado pelo comitê, ou para fazer toda a licitação e explicou que a licitação ocorria por pessoal especializado dentro da sede.

Lícius concordou com a necessidade de se mudar o processo e que seria enriquecedor se todos tivessem conhecimentos sobre o TdR, mas afirmou que não teria efeito se não mexessem no processo da delegatária, visto que só teria êxito se construísse conjuntamente com as secretarias executivas, comitês e órgão qestor.



Rafaela respondeu que não tinha certeza se seria contratado apenas o termo de referência ou também contratariam o edital, opinando que se adiantassem processos e enviassem para sede documentos mais estruturados e um esboço do edital já feito, só teria a necessidade fazer uma revisão. Comentou que esse era apenas um informe da realidade do CBH Piabanha e que apoiavam caso o FFCBH decidisse por buscar capacitação para as secretarias executivas.

Roberta retornou a leitura e, quanto ao Encaminhamento 298, referente a participação de usuários e sociedade civil em editais do comitê, informou que não haviam recebido um retorno oficial ao ofício do FFCBH. Quanto o Encaminhamento 298, referente a um pedido de apresentação ao CEIVAP sobre a aplicação de recursos de compensação do CBH Guandu, informou que o CEIVAP respondeu que poderia agendar uma reunião para dezembro de 2021, mas devido ao ECOB, outras pautas e ao recesso, não fora contemplado, mas que esse item se encontrava no arquivo de pautas pendentes.

No Encaminhamento 403, referente a solicitação de inclusão de representante do FFCBH no GT Vazões Pomba Muriaé, **João** sugeriu que fosse colocada uma pauta frequente nas reuniões do FFCBH, visto que a regularização de vazão era de alto interesse para os comitês. Propôs que fosse enviada uma carta ao Coordenador do GT, André Marques, solicitando reuniões regulares para apresentação dos resultados do grupo, afirmando ser mais eficiente uma apresentação a todo FFCBH do que incluir um representante do Fórum. (Encaminhamento)

**Roberta** informou que o FFCBH já havia enviado uma carta solicitando a inclusão de um representante. No entanto o CEIVAP enviou logo depois um e-mail pedindo a indicação de um membro para representar os CBHs MPS, Piabanha e R2R, visto que fora feita uma resolução ao final de 2020 ampliando o GT para receber outros membros representantes.

**José Arimathéa** comentou que, havendo um representante de cada comitê do G4, não via a necessidade de se ter um representante do FFCBH. Retomou a discussão sobre a eleição de nova coordenação do FFCBH e informou que, embora tivessem



acordado de acontecer na primeira reunião presencial, esse item estava aberto

226 para alteração. João comentou o Encaminhamento 410, sobre o comparativo do ECOB em relação 227 aos eventos passados, dizendo que deveria ser uma pauta recorrente, pois 228 possibilitaria fazer uma avaliação se esse modelo poderia ser replicado. Roberta 229 informou que **Larah** já estava seguindo com esse encaminhamento. 230 231 Roberta comentou o Encaminhamento 414, referente ao release sobre a situação 232 com o BNDES, informando que Antônio havia feito a redação, mas que não fora enviado devido a divulgação de um novo edital. Disse que estariam aguardando a 233 234 analise do Fórum para acertar se ainda enviariam o documento à imprensa. João perguntou se o FFCBH já havia discutido com profundidade o tema e tomado 235 236 posição sobre, questionando se a participação do BNDES estava clara. José Arimathéa disse que o Fórum havia discutido o tema, participado de audiências 237 públicas e por fim redigido um ofício ao BNDES mostrando sua indignação quanto 238 a não resposta às indagações. Informou que o BNDES havia respondido a carta 239 informando que era um contratado do Estado e que as criticas deveriam ser feitas 240 241 ao Governo. Opinou que faltou ao FFCBH fazer uma leitura da forma final do edital para que pudessem fechar essa discussão da concessão privada da CEDAE, 242 243 acertando a posição final do Fórum Fluminense. Item 6. Avaliação do Regimento Interno do FNCBH; 244 Não havendo tempo disponível, esse ponto de pauta não fora abordado, ficando 245 246 adiado para reunião próxima.

247 Item 9. Assuntos Gerais;

250

251

225

Ao início da assembleia, **João** questionou o uso da plataforma Microsoft Teams nas reuniões, demonstrando sua preferência pelo uso do Google Meet.

José Arimathéa comentou que ao início da pandemia a google havia disponibilizado várias ferramentas para instituições sem fins lucrativos, entre elas o



google meet e, a AGEVAP teve esse direito por estar nessa classificação. Disse que essa liberação expirou ao final de 2020 e passaram a não ter mais acesso, tendo que recorrer ao Microsoft Teams, no qual a AGEVAP possuía a licença. Informou que houve essa conversa no CBH MPS e, como ele e Tamires possuíam acesso institucional ao Google Meet, voltariam a utilizar a plataforma nas reuniões do comitê e do FFCBH, mas que o CBH MPS já havia decidido por solicitar a AGEVAP uma licitação para que pudessem utilizar ao Google Meet, visto que fora a ferramenta de melhor adaptação. Propôs que os demais comitês enviassem documentos semelhantes para demonstrar que também estavam insatisfeitos com a nova plataforma utilizada ou que criassem alguma estratégia que pudesse melhorar a utilização. Sugeriu também que uma licença pelo Fórum poderia atender a todos os comitês, caso fosse gerenciado por recursos do FFCBH.

**Nelson** comentou que o CBH Guandu também levantou essa problemática junto à AGEVAP devido a insatisfação dos membros do comitê com o Microsoft Teams.

Lícius comentou que não possuía nenhum problema com qualquer das duas plataformas, mas que como possuíam uma gama de opções de ferramentas, esse problema seria de fácil solução. Mencionou que a AGEVAP havia recém realizado uma mudança em seu organograma e afirmou que deveriam voltar a conversar sobre a estrutura e os fluxos da AGEVAP. Comentou que o CEIVAP estava aprovando os PRISMAs e poderia aumentar ainda mais o gargalo que a delegatária possuía com o fluxo de processos, e reforçou a necessidade dos comitês de se juntaram a AGEVAP para que pudessem rever esses fluxogramas e buscar mais eficiência do sistema.

**João** retornou ao assunto da plataforma de reuniões e opinou que o Fórum poderia fazer uma carta à AGEVAP com essa solicitação e solicitou que a secretaria enviasse a carta do CBH MPS para que os outros comitês se baseassem para contatar a delegatária. Mencionou que o CBH BPSI ainda não tivera uma reunião com a nova diretoria da AGEVAP e concordou que precisavam aumentar a eficiência dos fluxos.



Lícius comentou que essa não havia sido a primeira alteração do organograma visando melhorar o fluxo, mas que a delegatária sempre respondia a esses questionamentos dos comitês com um pacote de solução prontos, não havendo participação dos CBHs no processo. Opinou que sem conversa com os comitês para entender a demanda, as soluções não eram eficientes.

Ao final da reunião, Roberta informou que que o FFCBH havia definido que na reunião do dia 09/02/2021 fora acordado de se tratar da avaliação da minuta do Decreto mediante a resposta de Hélio Vanderlei sobre a situação formal do

andamento. Disse que Hélio havia respondido que o processo havia sido encaminhado para a SEAS e que após verificação, ele responderia a demanda,

mas que não havia recebido novas respostas. Questionou se na reunião seguinte

tratariam apenas do Regimento Interno do FNCBH ou inseririam mais assuntos em

pauta, lembrando que uma das pautas pendentes era a aprovação da prestação de

contas do Fórum.

João propôs que, após a alteração proposta à planilha de planejamento, fosse formulado um planejamento de ações do FFCBH para atuar sobre essas

297 demandas.

**José Arimathéa** propôs que a reunião do 09/02/2021 fosse uma proposta de pauta única, a fim de fechar a colaboração dos comitês e posteriormente fosse feito um planejamento das ações. (Encaminhamento)

**Vera Lúcia** questionou se o FFCBH ainda não havia recebido o recurso, informando que em reunião com o INEA ela havia cobrado o repasse e Marcelo informara que estava tudo certo e encaminhado. **Roberta** respondeu que que não haviam recebido o recurso de 2020 e que essa prestação de contas correspondia ao ano de 2020, para que pudessem solicitar o recurso de 2021, visto que o INEA repassava o recurso apenas após prestação de contas e planejamento, mas que fora feito em 2020 e não houve repasse.

José Arimathéa comentou sua candidatura à direção do CERHI, lembrando os problemas ocorridos por Magno ser de uma instituição suplente e informou que



310	Magno havia sido indicado em uma instituição titular, já tendo tomado posse,	
311	portanto a chapa seria inscrita.	
312	Item 10. Encerramento.	
313 314 315	José Arimathéa agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:05 A presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.	
316		
317		
318		
319	Ata Aprovada. Assinatura será após per	íodo de isolamento devido à pandemia
320	José Arimathéa Oliveira	João Gomes de Siqueira
321	Coordenador Geral FFCBH	Coordenador Adjunto FFCBH
322		
323	ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.	
324		